

ARTICLE



REVISTA
COLETA CIENTÍFICA

Educação inclusiva e vulnerabilidade social no ensino superior privado: uma análise em instituição privada no Distrito Federal

Inclusive education and social vulnerability in private higher education: an analysis in a private institution in the Federal District

Nancy Moreira Vasconcelos

<https://orcid.org/0000-0001-5988-8540>

Universidade Católica de Brasília, UCB, DF, Brasil

E-mail: nancymvas@gmail.com

Danilo da Costa

<https://orcid.org/0009-0005-7492-0541>

Universidade Católica de Brasília, UCB, DF, Brasil

E-mail: educadordanilocosta@gmail.com

Pricila Kohls-Santos

<https://orcid.org/0000-0002-3349-4057>

Universidade Católica de Brasília, UCB, DF, Brasil

E-mail: pricila.kohls@gmail.com

Informações da publicação

ARK: [24285/RCC.v10i20.246](https://doi.org/10.24285/RCC.v10i20.246)

ISSN: 2763-6496

Palavras-chave:

Educação inclusiva.

Vulnerabilidade social.

Ensino superior.

Keywords:

Inclusive education.

Social vulnerability.

Higher education.

Abstract:

This article aims to analyze the policies and practices of inclusive education in a private higher education institution, focusing on students in situations of social/economic vulnerability. The question of this research is how institutions promote the inclusion of these students, taking into account aspects such as access, permanence, quality and equity. We support and endorse the theoretical aspects in authors who address the concepts of inclusive education, social vulnerability, higher education and public policies. As a method, qualitative research was carried out, composed of a bibliographic review in the SciELO database and an observation in a private higher education institution in the Federal District. However, the research analyzes the participation and self-confidence of students from different socioeconomic conditions in higher education. We observed that students in situations of social vulnerability have more difficulty in expressing themselves better and are less confident, mainly due to the social barrier faced by these students who are scholarship holders in a private education institution. We conclude that inclusive education in higher education still faces challenges and limitations, but also presents possibilities and advances.

Resumo:

Este artigo busca analisar as políticas e práticas de educação inclusiva em uma instituição de ensino superior privada, focando nos estudantes em situação de vulnerabilidade social/econômica. O questionamento dessa pesquisa é como as instituições promovem a inclusão desses estudantes, levando em conta aspectos como acesso, permanência, qualidade e equidade. Apoiamos e respaldamos os aspectos teóricos em autores que abordam os conceitos de educação inclusiva, vulnerabilidade social, ensino superior e políticas públicas. Como método, foi realizado uma pesquisa qualitativa, composta por uma revisão bibliográfica na base de dados da SciELO e uma observação em uma instituição de ensino superior privada no Distrito Federal. Contudo, a pesquisa analisa a participação e a autoconfiança dos alunos de diferentes condições socioeconômicas no ensino superior. Observamos que os alunos em situação de vulnerabilidade social têm maior dificuldade em se expressar melhor e são menos confiantes, principalmente pela barreira social enfrentada por esses estudantes que são bolsistas em uma instituição privada de ensino. Concluímos que a educação inclusiva no ensino superior ainda enfrenta desafios e limitações, mas também apresenta possibilidades e avanços.

Introdução

A educação inclusiva no ensino superior brasileiro é um tema de crescente relevância, especialmente no setor privado, que absorve a maior parte dos estudantes universitários do país. A expansão do acesso, impulsionada por políticas públicas como o ProUni e o FIES, trouxe para as instituições privadas um público mais diverso, notadamente estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse contexto, a inclusão transcende a simples garantia de matrícula, abrangendo as condições de permanência, participação e sucesso acadêmico desses alunos. Este artigo analisa como as políticas e práticas de educação inclusiva são aplicadas em uma instituição de ensino superior privada no Distrito Federal, com foco nos desafios enfrentados por estudantes em vulnerabilidade social.

O objetivo central é responder à seguinte questão: de que maneira as instituições de ensino superior privadas promovem a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade social, considerando os aspectos de acesso, permanência, qualidade e equidade? Para tanto, o estudo combina uma revisão de literatura sobre os conceitos de educação inclusiva e vulnerabilidade social no ensino superior com uma pesquisa qualitativa, baseada em observação direta, para examinar as experiências e os desafios concretos vivenciados por esses estudantes.

Histórico da educação inclusiva no ensino superior

Ferrari e Sekkel (2007) apontam que, nos últimos anos, a educação inclusiva no ensino superior tem se tornado cada vez mais importante, tanto no Brasil quanto no mundo. Esse movimento visa assegurar que todos os estudantes, sem distinção de suas particularidades, demandas ou diferenças, possam acessar, permanecer e participar de um espaço educativo que respeite a diversidade e estimule a aprendizagem. A educação inclusiva no ensino superior faz parte de um contexto maior de defesa dos direitos humanos, da democracia e da justiça social, que tem como referências históricas a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006).

As políticas públicas de ampliação e democratização do ensino superior, como o ProUni, o Fies e o Sisu, influenciaram significativamente a educação inclusiva no Brasil, ao ampliar o acesso e a permanência de estudantes com perfis socioeconômicos, culturais e educacionais diversos. No entanto, a efetivação de uma educação superior inclusiva ainda

enfrenta obstáculos consideráveis. Entre eles, destacam-se a carência de formação docente específica, a resistência a mudanças curriculares e pedagógicas, a insuficiência de recursos materiais e humanos, a ausência de uma cultura inclusiva consolidada nas instituições e na sociedade, e a persistência de preconceitos e discriminações, especialmente contra pessoas com deficiência ou outras necessidades educacionais especiais (FRANCO; GOMES, 2020; NUNES; SAIA; TAVARES, 2015).

O Brasil optou por estabelecer um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos na conferência mundial da UNESCO em 1990. Ao assinar a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), reiterou esse compromisso e destacou questões relacionadas à inclusão e exclusão na educação. A partir daí, iniciou-se um processo de transformações significativas no sistema educacional brasileiro, resultando em mudanças na legislação e no desenvolvimento de diretrizes nacionais para a educação, todas orientadas pela ideia de educação inclusiva. No entanto, apesar da legislação ter sido adaptada aos objetivos da educação inclusiva, a maioria dos nossos estudantes ainda está em ambientes de ensino segregados (FERRARI; SEKKEL, 2007).

Portanto, a educação inclusiva tem sido um tópico de discussão cada vez mais frequente, especialmente no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. A educação inclusiva busca a humanização de todos nós, superando preconceitos e estereótipos de todos os envolvidos, pois conviver com as diferenças é um esforço coletivo (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015).

De acordo com Ferrari e Sekkel (2007) há três questões principais que devem ser consideradas: a definição das instituições sobre os propósitos e os critérios de seleção dos estudantes para seus cursos, a demanda de capacitação pedagógica dos docentes do ensino superior para a educação inclusiva e, por último, uma prática educativa que favoreça a interação de alunos e professores no reconhecimento das diferenças e na elaboração de estratégias para a superação dos obstáculos que aparecerem.

Historicamente, a educação especial no Brasil foi definida como uma assistência dada aos alunos com deficiência. Inicialmente, o atendimento à diversidade era oferecido apenas por instituições privadas e/ou por iniciativas pessoais. As classes especiais surgiram apenas como alternativa para separar os alunos considerados “normais” dos “anormais” pela sociedade da época (BEZERRA; ANTERO, 2020)

Bezerra e Antero (2020) destaca que com o tempo, começou a surgir interesse nessa área. O processo educativo, que muitos consideravam inviável e até mesmo impossível para pessoas com deficiências, passou a ser visto como um direito desses indivíduos. Essa mudança de perspectiva levou a uma evolução na Educação Especial no Brasil, culminando na adoção de leis e políticas que favorecem a educação inclusiva.

A ideia de educação inclusiva visa abordar as diversas necessidades que surgem de circunstâncias individuais (como deficiências), econômicas ou socioculturais dos estudantes. O termo necessidades educacionais especiais (NEE) é comumente usado em documentos oficiais, destacando as medidas que a escola deve tomar para atender às variadas necessidades dos estudantes (FERRARI; SEKKEL, 2007).

À medida que se avança nos níveis de ensino, nota-se uma tendência de que as discussões e práticas sobre inclusão se tornem menos frequentes. No ensino superior, o debate sobre inclusão frequentemente se concentra na dimensão socioeconômica, com foco em ações afirmativas para a população de baixa renda e para estudantes negros ou afrodescendentes (SILVA, 2006; MOEHLECKE, 2004). Embora essas políticas sejam

fundamentais para a promoção da equidade e para o combate ao racismo e à discriminação, é crucial que a pauta da inclusão não se restrinja a esses grupos. Estudantes com deficiência e outras necessidades educacionais especiais, por exemplo, muitas vezes permanecem invisibilizados nesse debate, o que representa um desafio adicional para a construção de uma educação superior verdadeiramente inclusiva.

A educação inclusiva é compreendida como o processo de inserção de pessoas com necessidades especiais ou com dificuldades de aprendizagem na rede regular de ensino em todos os seus níveis. A concepção de inclusão que se pretende valorizar se baseia em uma filosofia que tanto reconhece quanto respeita e acolhe a diversidade em todos os aspectos da vida em sociedade (OLIVEIRA et al., 2016).

Ferrari e Sekkel, (2007) aduz que a preocupação em garantir que todos tenham acesso ao ensino superior demonstra que essa modalidade de ensino deixou de ser direcionada a uma elite e passa a constituir-se, cada vez mais, em aspiração de grande parte da população brasileira, incluindo-se aí aqueles de baixa renda. No entanto, o crescente ingresso de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino torna necessário um aprofundamento na reflexão sobre a educação inclusiva no ensino superior.

O ensino superior é considerado um fator de desenvolvimento social e econômico, mas também de reprodução das desigualdades. Segundo dados do INEP, em 2020, apenas 21,8% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam matriculados em cursos de graduação, sendo que a maior parte deles (75,8%) estudava em instituições privadas. No entanto, o acesso ao ensino superior privado não é igualitário para todos os segmentos da população, especialmente para os alunos de baixa renda, que enfrentam diversas barreiras financeiras, culturais e pedagógicas (FERRARI; SEKKEL, 2007).

Uma das principais políticas públicas de inclusão ao ensino superior privado é o Programa Universidade para Todos (ProUni), criado em 2004, que oferece bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições particulares para estudantes de baixa renda que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas ou com bolsa integral em escolas privadas. O ProUni tem como requisitos para a concessão das bolsas o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a comprovação da renda familiar per capita. Segundo o Ministério da Educação, desde a sua criação até 2020, o ProUni já beneficiou mais de 2,6 milhões de estudantes (TERRA; STREIT CARRARO; ROSA FERREIRA, 2019).

Contudo, apesar dessas políticas públicas, ainda há muitos desafios para a inclusão de alunos pobres no ensino superior privado. Um deles é a qualidade da educação básica oferecida nas escolas públicas, que muitas vezes não prepara adequadamente os estudantes para ingressarem e permanecerem na universidade. Outro desafio é a falta de apoio pedagógico e financeiro aos estudantes beneficiados pelo ProUni e pelo Fies, que podem enfrentar dificuldades acadêmicas e evasão. Além disso, há questões relacionadas à democratização do conhecimento e à diversidade cultural no ensino superior, que exigem uma maior valorização das diferentes formas de saber e de ser dos alunos pobres.

Vulnerabilidade social no ensino superior

Este tópico tem como objetivo desdobrar as questões de vulnerabilidade social no ensino superior baseando-se em artigos. Neste tópico, concentramos nossas buscas em artigos indexados na base de dados da SciELO sem recorte temporal.

Trazendo um pouco sobre o histórico das questões de vulnerabilidade social no ensino superior, podemos destacar a assistência estudantil que é uma política pública que

visa democratizar o acesso e a permanência de estudantes de baixa renda na educação superior. A assistência estudantil tem origem nos anos 1930, com os programas de alimentação e moradia universitária. A primeira iniciativa com o objetivo de apoiar os estudantes universitários aconteceu em 1928, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, situada em Paris, e voltada para auxiliar estudantes que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades em se sustentar na cidade (IMPERATORI, 2017).

De acordo com Barroso et al., (2022) existem diversos fatores que afetam o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos de milhões de jovens brasileiros. A evasão no ensino superior constitui uma preocupação internacional com impacto nas instituições de ensino, na sociedade e nos percursos de carreira individuais. Alguns dos fatores que contribuem para a evasão são as circunstâncias socioeconômicas, culturais e educacionais dos estudantes, que podem gerar desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior. Por exemplo, a instrução do chefe do domicílio e a renda familiar per capita são variáveis que influenciam significativamente as chances de ingressar e concluir o ensino superior no Brasil (CARVALHO; WALTENBERG, 2015).

Além disso, a situação de pobreza, fome e desigualdade social que afeta milhões de brasileiros também tem impactos negativos na educação, especialmente em tempos de pandemia. Em 2020 e 2021, as taxas de evasão das universidades privadas foram as maiores da série histórica, segundo dados do Instituto Semesp. Muitos estudantes tiveram que abandonar os estudos por falta de condições financeiras, dificuldades de acesso à internet ou problemas de saúde mental. Portanto, vejamos o quanto é importante frisar as políticas públicas e ações afirmativas que possam garantir o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros, independentemente de sua origem, cor, gênero ou classe social (CARVALHO; WALTENBERG, 2015).

Fontele e Crisóstomo (2016) destaca que a falta de apoio institucional para os estudantes que enfrentam situações de risco ou desigualdade é forte aspecto que envolve as questões da vulnerabilidade social no ensino superior. Muitas vezes, os estudantes não dispõem de infraestrutura adequada para acompanhar as aulas remotamente, não recebem orientação pedagógica ou psicológica, e não têm acesso a programas de bolsas ou financiamentos que possam facilitar sua inserção e permanência no ensino superior. A vulnerabilidade social pode afetar o bem-estar psicológico dos estudantes, sua capacidade de lidar com as demandas acadêmicas e seu desempenho escolar.

Padovani et al., (2014) também aponta uma outra variável que a é desigualdade socioeconômica que afeta muitos estudantes que ingressam nesse nível de ensino. Muitos desses estudantes são provenientes de escolas públicas de baixa qualidade, têm dificuldades financeiras para pagar as mensalidades e os materiais didáticos, e enfrentam barreiras culturais e simbólicas para se integrar ao ambiente universitário. Esses fatores podem gerar sentimentos de exclusão, insegurança, baixa autoestima e desmotivação nos estudantes, comprometendo seu rendimento e sua permanência na universidade.

Partindo desses contextos genéricos, acerca dos obstáculos enfrentados pelos vulneráveis sociais no ensino superior privado, Musial e Marcolino-Galli (2019) enfatiza uma das consequências da vulnerabilidade social no ensino superior privado que é o aumento da evasão e da reprovação dos estudantes. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, a taxa de evasão no ensino superior privado foi de 26,3%, enquanto a taxa de reprovação foi de 17,8%. Esses

números revelam que muitos estudantes não conseguem concluir seus cursos ou avançar nas disciplinas, o que pode gerar frustração, desemprego e endividamento.

Deste modo, uma das possíveis formas de superar a vulnerabilidade social no ensino superior privado é a adoção de políticas públicas que visem à igualdade ou à equidade educacional. Isso significa que os gestores públicos devem garantir que todos os estudantes tenham acesso à educação de qualidade, independentemente de sua origem social, econômica ou cultural. Para isso, é preciso investir em programas de bolsas, financiamentos, assistência estudantil, apoio pedagógico e psicológico, entre outros recursos que possam reduzir as barreiras e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes vulneráveis (GOMES; MELO, 2021).

A revisão da literatura indicou uma lacuna de estudos que articulem diretamente os temas da educação inclusiva, da vulnerabilidade social e do ensino superior privado. Embora existam pesquisas sobre cada um desses temas isoladamente, a intersecção entre eles ainda é pouco explorada, o que justifica a relevância deste estudo em aprofundar essa análise.

Metodologia

O artigo se define como uma pesquisa qualitativa, inserida no campo da educação inclusiva. A primeira etapa foi o desdobramento de uma revisão bibliográfica sobre o assunto, utilizamos a base de dados da SciELO como fonte dos achados para o desenvolvimento. Estabeleceram-se como critérios de inclusão para a seleção dos artigos, aqueles que estavam disponíveis na íntegra, que relatassem o processo de inclusão ensino superior e que fossem publicados apenas no idioma português, como trouxemos o contexto histórico não definimos um recorte temporal.

Como critério de exclusão, não utilizamos artigos que tratavam apenas da inclusão escolar em países diferentes, em ambientes que não eram escolares, assim como estudos que não esclareciam a metodologia empregada, para corresponder aos objetivos deste estudo.

A segunda etapa deste estudo envolve a empiria, foi realizado uma pesquisa de observação em uma instituição de ensino superior privada localizada no Distrito Federal, Brasília. A observação é, entre outras, uma maneira de estabelecer relação com o empírico, sendo o primeiro passo a de buscar uma compreensão das práticas de ensino baseando-se no que pode ser observado em situação de ensino-aprendizagem.

Coleta de dados

Nesse estudo, a observação foi realizada apenas por um autor que é vinculado a instituição observada. Foi selecionado apenas um dia para observação, no período noturno de 19h às 22h do curso de bacharelado em Direito. Foi estipulado uma data específica, bem como um horário específico, pois a sala de aula escolhida para observação continha alunos bolsistas de um programa de extensão da instituição, alunos com o programa FIES e Prouni e também alunos funcionários com bolsa de 70%. A instituição pesquisada tem parceria firmada desde de 2010 com a Casa Azul, e têm como objetivo a integração social das comunidades como todo. A instituição consegue disponibilizar bolsas de estudo em cursos preparatórios para concursos, graduação e pós-graduação, sendo solicitado ao bolsista, que reverta o benefício em trabalho para a própria



comunidade. O maior desafio com esse tipo de vínculo é manter-se com a neutralidade na pesquisa.

A coleta assumiu as formas descritas a seguir:

A observação foi realizada em uma turma do curso de bacharelado em Direito, em um Centro Universitário particular em Brasília. A aula era sobre o assunto de Direito Administrativo e foi ministrado por um professor que é mestre e doutor em Direito. A sala de aula era composta por 23 alunos, sendo 13 mulheres e 10 homens, com idades entre 18 e 50 anos. Como não foi realizado uma entrevista com cada aluno(a) desta turma, não foi possível coletar a porcentagem acerca dos alunos bolsistas.

Porém, nesta aula, o referido docente solicitava acesso durante a aula ao código civil. E pode-se observar que alguns alunos alegavam não estar com computador portátil e outros diziam não ter pacotes de dados para acessar a internet por seus celulares, e que a internet Wi-fi disponibilizada pela instituição estava sobrecarregada e com dificuldade de acesso. Evidenciou-se o quanto as instituições de ensino superior privadas absorvem egressos de escolas públicas com baixo poder aquisitivo.

Contudo, a identificação dos alunos bolsistas que vieram da Casa Azul foi dada pela coordenação do curso para realização da pesquisa. Dentre os 23 alunos, 6 eram bolsistas. Um aluno desta turma veio do projeto de bolsas a hipossuficientes da Casa Azul com 100% de desconto na mensalidade, dois alunos da turma possui o Fies, uma aluna possui desconto via Prouni, 1 aluna é bolsista do PPIC (Programa de Pesquisa e Iniciação Científica) e uma aluna da turma possui bolsa funcionário de 70% de desconto.

O professor nessa aula utilizou recursos didáticos variados, como slides, vídeos e textos. A observação permitiu constatar que o professor desenvolveu uma aula reflexiva sobre o tema, utilizando recursos didáticos adequados e diversificados. A aula observada foi bem planejada e conduzida pelo professor, que demonstrou domínio do conteúdo e da metodologia. Os alunos bolsistas que compõem a turma observada apresentaram características diversas, mas também algumas semelhanças, em relação à sua condição de vulnerabilidade social econômica. Pode-se observar que essa condição se refere a uma situação de fragilidade material ou moral que em determinados contextos sociais, estão sujeitos à discriminação, exclusão por causa do seu nível social, educacional, financeiro etc.

Um outro aspecto observado foi a forma de expressar dos alunos, a segurança e a confiança dos alunos que não estão ligados as questões vulneráveis. Eles se mostraram mais participativos e confiantes, enquanto os 6 alunos bolsistas em específico ficaram mais tímidos e inseguros.

Conclusão

A observação realizada na prática instiga a reflexão sobre a importância de compreender a realidade e a história de vida dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, respeitando suas culturas, valores e saberes. Isso ressalta a necessidade de práticas pedagógicas que promovam o diálogo aberto e empático, e que valorizem a diversidade e a pluralidade dos indivíduos. A educação inclusiva, nesse sentido, deve ser vista como uma expressão da pedagogia social, comprometida com a transformação da sociedade por meio da valorização da diversidade e da justiça social.

Incluir não é apenas garantir acesso, mas construir um ambiente educacional que respeite as diferenças e se comprometa com a equidade.

A partir na análise da revisão bibliográfica e da observação realizada, podemos inferir que é importante que as instituições privadas de ensino superior desenvolvam políticas e práticas que promovam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, buscando eliminar as barreiras que possam dificultar ou impedir o seu pleno desenvolvimento acadêmico e profissional. Além disso, é necessário que as instituições privadas de ensino superior se comprometam com a formação de uma sociedade mais justa e democrática, que valorize a diversidade e o respeito às diferenças, contribuindo para a superação das desigualdades e da exclusão social.

Contudo, esse artigo buscou de forma sucinta apresentar os conceitos da vulnerabilidade social no ensino superior privado, baseando-se em um referencial teórico e uma observação realizada numa IES. Porém, é interesse apresentar possíveis pesquisas futuras sobre essa temática, afim, por exemplo, um estudo empírico para identificar as dificuldades e as potencialidades dos estudantes em situação de vulnerabilidade social no ensino superior privado, bem como as estratégias de apoio e acompanhamento pedagógico.

Referências

- Barroso, P. C. F., et al. (2022). Fatores de evasão no ensino superior: Uma revisão de literatura. *Psicologia Escolar e Educacional*, 26, e228736. <https://doi.org/10.1590/2175-35392022228736>
- Bezerra, L. N. V., & Antero, K. F. (2020). Um breve histórico da educação inclusiva no Brasil. In *Anais do Congresso Nacional de Educação – CONEDU* (pp. 1–15).
- Carvalho, M. M. D., & Waltenberg, F. D. (2015). Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: Uma comparação entre 2003 e 2013. *Economia Aplicada*, 19(2), 369–396. <https://doi.org/10.1590/1413-8050/ea124777>
- Costa, D. da, Silva, G. J. C., & Assunção, M. A. de. (2024). Princípios filosóficos na pedagogia social de Paul Natorp. *EccoS – Revista Científica*, (68), e25240. <https://doi.org/10.5585/eccos.n68.25240>
- Ferrari, M. A. L. D., & Sekkel, M. C. (2007). Educação inclusiva no ensino superior: Um novo desafio. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 27(4), 636–647. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000400006>
- Fontele, T. L. L., & Crisóstomo, V. L. (2016). PROUNI: Pontos controversos sob a análise de alunos bolsistas. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 21(3), 739–766. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000300005>
- Franco, R. M. D. S., & Gomes, C. (2020). Educação inclusiva para além da educação especial: Uma revisão parcial das produções nacionais. *Revista Psicopedagogia*, 37(113). <https://doi.org/10.5935/0103-8486.20200018>
- Gomes, S., & Melo, F. Y. M. D. (2021). Por uma abordagem espacial na gestão de políticas educacionais: Equidade para superar desigualdades. *Educação & Sociedade*, 42, e234175. <https://doi.org/10.1590/es.234175>
- Imperatori, T. K. (2017). A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, (129), 285–303. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.109>



- Moehlecke, S. (2004). Ações afirmativas no ensino superior: Entre a excelência e a justiça racial. *Educação & Sociedade*, 25(88), 757–776. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000300006>
- Musial, D. C., & Marcolino-Galli, J. F. (2019). Vulnerabilidade e risco: Apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. *O Social em Questão*, 22(44), 11–32.
- Nunes, S. D. S., Saia, A. L., & Tavares, R. E. (2015). Educação inclusiva: Entre a história, os preconceitos, a escola e a família. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(4), 1106–1119. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001312014>
- Oliveira, R. Q. D., et al. (2016). A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 22(2), 299–314. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000200011>
- Padovani, R. D. C., et al. (2014). Vulnerability and psychological well-being of college students. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 10(1). <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20140002>
- Silva, P. B. G. (2006). Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa das cotas. In P. B. G. Silva & V. R. Silvério (Orgs.), *Educação e ações afirmativas: Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica* (pp. 115–128). INEP.
- Terra, R. B. M. D. R. B., Carraro, G. S., & Ferreira, M. P. da R. (2019). As políticas públicas de inclusão ao ensino superior: Uma análise do contexto brasileiro nos últimos 20 anos. *Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos*, 41(83), 142–159. <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2019v41n83p142>